



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
66ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2
3 A sexagésima sexta reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no
4 auditório do Centro Administrativo Fernando Ferrari, av. Borges de Medeiros, hum mil,
5 quinhentos e um, Porto Alegre – RS, no dia vinte e dois de junho do ano de dois mil e doze,
6 às quatorze horas . **Compareceram** os conselheiros: Helio Corbellini, Secretário de Estado
7 do Meio Ambiente - SEMA – Presidência; Gilson Schlindwein, Secretaria da Agricultura –
8 SEAPA – representante; José Luís Barbosa Gonçalves, Secretaria dos Transportes -
9 SEINFRA – representante; Margareth Vasata, Secretaria do Planejamento – SEPLAG –
10 representante; Julce Clara da Silva, Secretaria da Saúde – representante; Alexandre Gil da
11 Rosa, SEDAI – SDPI – representante; Alberto Rossi, Secretaria da Ciência e Tecnologia –
12 SCIT – representante; Tarso Isaia, Sistema Nacional de Meio Ambiente – representante;
13 Teresinha Guerra, Comitê do Lago - titular; Renato Zenker, Comitê Camaquã – titular;
14 Daniel Schmitz, Comitê Taquari-Antas – titular; Luis Augusto de Almeida Persigo, Comitê Ijuí
15 – titular; Paulo Robinson da Silva Samuel, Comitê Gravataí – suplente e Cláucia Kapper,
16 Comitê Turvo – Santa Rosa – Santo Cristo – titular. **Ausentes:** SEMC – SEINFRA; Casa
17 Civil; SEMC – SEINFRA e Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Ausência Justificada:
18 Secretaria de Obras Públicas – SOP – Vice-Presidência **Demais:** Ivo Mello, Comitê Ibicuí;
19 José Alberto Vieira, Comitê Piratinim; Henrique Kotzian, Ecoplan Eng^a Ltda; Gerson Ferreira,
20 Comitê Santa Maria; Lenison Maroso, Vanderlei Decian e Sergio Miotto, Comitê Apuaê-
21 Inhandava; Ricardo Almeida e Paulo Germano, CORSAN; Nabor Guazzelli e Alziro Ramos,
22 Comissão Mampituba; Vilma C. Da Silva, Comitê do Lago; Maurício Colombo, Comitê
23 Gravataí; Diego P. Carrillo, FEPAM; Verushka Goldschmidt Xavier, Comitê Pardo; Luiz
24 Alberto Gastaud, Comitê da Lagoa Mirim e Canal São Gonçalo; Vilmar Galvão, Secretaria
25 de Desenvolvimento Rural e Pesca; Marco Correa, GAB/SEMA; Juliane Dettenborn, Comitê
26 Caí; Cintia Agostini, Comitê Taquari-Antas; Julio Salaecker, Comitê Pardo; Mário Rangel,
27 Comitê Gravataí; Nelson Narvaes, Comitê Quaraí; Mariza Beck, Comitê Ibicuí; Claudio Nery
28 Martins, Comitê Rio Negro; João Manoel Trindade, Marco Mendonça, Tiago Brasil Loch e
29 Heloisa Fiori, DRH/SEMA, Carmem Lúcia S. da Silva, Patrícia Moreira e Margarete Willers
30 Bremm, Secretaria Executiva do CRH/RS. O presidente Helio Corbellini abriu a reunião
31 saudando a todos os presentes e sugeriu ao CRH que se façam alguns debates para formar
32 uma pauta de discussão sobre questões importantes para o Estado na política de recursos
33 hídricos. Além das questões normais de ordem burocrática, administrativas das funções do
34 CRH, gostariam de pactuar discussões sobre as políticas públicas mais específicas dos
35 recursos hídricos. Gostariam de sugerir aos conselheiros e também sugerir ao CONSEMA,
36 que eventualmente se façam reuniões conjuntas entre o CRH e CONSEMA, para também
37 discutir pautas de políticas públicas e com isso somar e resolver possíveis divergências,
38 caso existam. Em conversa com o Governador, perceberam que há transversalidade do
39 Governo em várias secretarias e principalmente no Conselho de Desenvolvimento
40 Econômico, há temáticas que discutem o desenvolvimento econômico, mas se olharem o
41 nome é o mesmo, só os assuntos são diferentes. Pretendemos nos reunir com o
42 responsável pela pasta para eventualmente também cruzar com as temáticas do Conselho
43 de Desenvolvimento, para que os conselhos e as secretarias tenham um diálogo efetivo com
44 a sociedade e exerçam a transversalidade da sua política. Presidente Helio Corbellini
45 ressaltou mais uma vez que a SEMA vai mudar para o prédio da União de Seguros, em
46 frente à Prefeitura, que era uma reivindicação antiga dos funcionários. Também informou
47 que às 16h estará se reunindo com o Governador Tarso Genro e como o representante da
48 SOP não veio, mas justificou a ausência, passará a condução da reunião para o Diretor
49 Geral da SEMA, Sr. Marco Aurélio Corrêa, seu representante legal. A Secretária Executiva
50 Adjunta Carmem Silva saudou a todos e esclareceu que no dia anterior enviou alguns itens
51 para serem incluídos na pauta: Ofício do Comitê Sinos, Proposta de enquadramento das
52 águas superficiais do Comitê Ibicuí e a proposta de resolução da safra 2012-2013 e solicitou
53 ao Presidente Helio Corbellini que colocasse em votação essa inclusão. Inclusão dos itens



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

54 apresentados aprovados por unanimidade. **Ordem do Dia - Item 01 - Aprovação da Ata**
55 **65ª Reunião Ordinária do CRH/RS** – A ata foi encaminhada em tempo regimental e não
56 houve manifestações dos conselheiros. Colocada em votação a ata foi aprovada por
57 unanimidade. **Item 02 – Expediente Nº 2129-0500/12-8 – Resolução Nº 98/2012 – Ad**
58 **Referendum - Estabelece tratamento diferenciado aos Municípios atingidos pela**
59 **Estiagem** – A Secretária Executiva Carmem Silva explicou que esta resolução estava na
60 pauta da reunião anterior, os conselheiros não concordaram com o texto e o
61 encaminhamento foi que a Resolução retornasse ao DRH para melhorar a redação. O
62 Diretor Marco colocou que foi solicitado a inclusão da situação dos municípios que também
63 estavam fazendo intervenções, para que eles também pudessem estar contemplados pela
64 resolução. Não havendo manifestações, o presidente Helio Corbellini colocou em votação.
65 Resolução aprovada com as correções. **Item 3 – Proposta de Resolução do ICA** - João
66 Manuel Trindade, técnico da Divisão de Planejamento e Gestão do DRH /SEMA, informou
67 que houve alteração no considerando no artigo quinto na minuta encaminhada aos
68 conselheiros, pois foi analisado na última hora e verificou-se que ele não precisava constar,
69 por já estar em outra resolução. Como essa resolução é definitiva para estabelecer o
70 cadastro como obrigatório para outorga, achamos melhor retirar esse artigo, por ser uma
71 especificidade na situação desse ano, que foi a estiagem. Maurício Colombo questionou que
72 a resolução está um pouco confusa, tem uma frase com uma inconsistência, onde diz que
73 não precisa cadastrar e logo depois diz que precisa. João Manuel esclareceu que a
74 resolução vem fortalecer uma portaria interna que foi emitida no ano de 2010, que criou o
75 cadastro internamente e como agora estão querendo fazer que ele seja a porta de entrada
76 oficial para as outorgas e substituir a ficha cadastral, resolveram definir através de resolução
77 do CRH para fortalecer o seu caráter. Legalmente ele já era obrigatório, porém, a sua
78 instituição deveria ser formalizada por este Conselho. Ivo Mello, Comitê Ibicuí salientou que
79 através de um cadastro do ICA, as outorgas da bacia do rio Santa Maria que estavam
80 suspensas foram reativadas. Em uma reunião do Comitê Santa Maria com a FEPAM, o
81 coordenador regional informou que as outorgas que foram emitidas baseadas nessa
82 remissão, não serviam para o processo de licenciamento, porque elas não determinavam a
83 finalidade. Criou-se uma discussão e já levaram isso ao Comitê Ibicuí porque lá existem
84 várias demandas. O Ministério da Agricultura tem dito com toda a clareza para os irrigantes
85 na bacia do Ibicuí que procuremos novas alternativas para o uso da água e irrigação de
86 outras culturas, porque o arroz nas últimas safras tem tido preços baixos e inviabilizado
87 alguns empreendimentos. Alguns empreendedores estão procurando e vão com as outorgas
88 do DRH, que especificam a finalidade que é o arroz irrigado, com determinada vazão e a
89 FEPAM está dizendo que não pode, que eles tem que voltar ao DRH para reemitir,
90 especificando a finalidade, por exemplo: tanto para arroz e tanto para o milho, algumas
91 vezes sendo necessárias duas outorgas, uma para cada cultura. Por isso trazemos esse
92 assunto como preocupação ao CRH e sugerimos que seja outorgada a vazão e depois a
93 decisão do uso da água seja de acordo com a outorga que foi a vazão. O Diretor Marco
94 esclareceu que uma das propostas de resolução que estão apresentando surge um pouco
95 na linha que o Ivo falou, porque tiveram uma reunião na Secretaria da Agricultura, na
96 segunda-feira passada, com o Banco do Brasil, Banrisul e Sicredi, que levantaram algumas
97 questões relativas a isso. Tiveram também uma reunião ontem com o pessoal do setor de
98 irrigação da FEPAM, que também sugeriu fazer uma modificação para resolver esses
99 problemas do arroz. O técnico João Manuel frisou que Ivo Mello, Comitê Ibicuí apresentou
100 duas questões que não podemos separar. Uma é a questão da FEPAM reconhecer o nosso
101 ICA, quando ele está substituindo a outorga, por isso foi retirado o artigo 5º que já faz parte
102 de outra resolução e que fala especificamente sobre financiamento e o Programa “Mais
103 renda, mais Água”. No caso do financiamento, fizeram um acordo com a Secretaria da
104 Agricultura e estão dando o cadastro no lugar da outorga por um ano. Acertaram também
105 com a FEPAM e isso vai constar em outra resolução, que o ICA vai substituir a outorga para
106 fins de financiamento e licenciamento ambiental. Tem a questão da bacia do rio Santa Maria



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

107 que foi citado, tem uma pessoa que está fazendo irrigação superficial esse ano e ele fez o
108 cadastramento com um acordo especial que fizemos com o Santa Maria. Neste acordo foi
109 combinado com o Comitê que todos os usos que estavam sendo cadastrados ali não iriam
110 mudar, a não ser com o consentimento do Comitê. Se o empreendedor resolveu mudar de
111 água superficial para arroz para aspersão para outra cultura ele tem que informar ao Comitê,
112 e o ICA está aberto a mudanças. Conselheiro Daniel Schmitz salientou da necessidade de
113 se ter cuidado nessa regulamentação da resolução, porque os municípios também são
114 órgãos licenciadores, e eles tem que ser municiados dessas informações para que elas não
115 fiquem só a nível de Governo de Estado, e as políticas não sejam distorcidas na
116 municipalização das licenças. O técnico João Manuel informou que estão prevendo um
117 programa de divulgação e nesse programa vai ser feita uma conversa, através do SIGA,
118 com os municípios. Encerrada as discussões, o presidente Corbellini colocou a resolução
119 em votação. A Resolução foi aprovada com uma abstenção. **Item 04 – Comissão Pró-**
120 **Mampituba.** O Diretor Marco colocou que trouxeram essa discussão ao CRH, que é uma
121 questão muito antiga no Estado com relação a constituição do Comitê Mampituba. Foi feito
122 um movimento em 2007 e 2009 no intuito de constituir um Comitê Interestadual
123 conjuntamente com o Estado de Santa Catarina. Infelizmente, esse processo ainda não
124 avançou, está muito lento e na última reunião que tivemos em Erechim, informalmente,
125 apresentamos o tema ao representante da ANA e embora não tenha sido oficialmente
126 perceberam que não havia uma intenção em curto espaço de tempo de avançar nesse
127 processo. Como isso ainda é uma lacuna na governança da água no Estado, estão
128 apresentando ao CRH a proposta de avançarmos na constituição do Comitê Estadual do
129 Mampituba, e acreditam particularmente que isso irá ajudar, tem processo da constituição
130 futura deste comitê. Nesse sentido gostaria de apresentar a este conselho. Está presente o
131 Sr. Nabor Guazzelli da Comissão Mampituba, e temos condições de nos próximos meses
132 avançar no processo de constituição do comitê e finalmente concluir aquele buraco que tem
133 no nosso mapa de única bacia hidrográfica que não tem um comitê constituído. A Secretária
134 Executiva Adjunta Carmem Silva esclareceu que faz mais de 10 anos que essa Comissão
135 está promovendo seminários, encontros e no próximo dia 29 de junho vai ser feita uma
136 reunião em Torres para finalizar o processo. Na próxima reunião do CRH virá uma resolução
137 com a composição para ser reconhecida, hoje eles pedem só uma autorização do CRH para
138 que se crie o comitê local. Daniel Schmitz deixou registrado ao Sr. Nabor e à Comissão
139 Mampituba que os 24 comitês de bacia do Estado estão à disposição, no caso de
140 necessitarem de apoio e suporte na caminhada sobre a implantação e funcionamento do
141 Comitê. “Queremos ser úteis para que essa caminhada de dez anos da Comissão
142 Mampituba realmente se consolide e tenhamos os 25 Comitês de bacia implantados”. Sr.
143 Nabor Guazzelli pediu a palavra e disse que “vem a dez anos tentando criar o Comitê do
144 Mampituba. No ano passado, quando houve o Fórum da Lagoa Itapeva e pedimos a
145 plenária, inclusive a Dra. Elaine Santos do DRH estava lá, que não me deixassem morrer
146 antes de criar o comitê. O meu esforço é esse. Queremos complementar aquilo que já foi
147 dito, há dez anos tentamos criar o comitê federal, conforme manda a Lei Nº 4.933, mas
148 esbarramos na má vontade, ou falta de vontade do Ministério do Meio Ambiente. Estivemos
149 em Brasília participando da discussão das reformas do Plano Nacional de Recursos Hídricos
150 e conversando com o Dr. Senra e ele me falou: a bacia do Mampituba é muito pequena e
151 não tem problemas. É aquele negócio, quando uma pessoa se queixa que tem um espinho
152 na ponta do nariz, não nos interessamos, ele está sofrendo, mas nós não. Então, eles não
153 sabem daquele problema que nós enfrentamos por ter um rio que divide com dois estados e
154 como falou o Secretário Corbellini, nós agora no momento com essa decisão, já temos a
155 data marcada, estão expedidos os convites para o dia 29 de junho e gostaria de contar com
156 a presença do Secretário, mas a Dra. Elaine estará lá nos orientando, deixaremos formatado
157 o comitê. Esse é um compromisso que eu tenho, já não estou mais com idade pra conversar
158 fiado. Aplausos. Para a próxima reunião do CRH estaremos com o projeto todo montado,
159 pronto para ser aprovado. Aplausos. O presidente O presidente Helio Corbellini agradeceu o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

160 convite, disse que gostaria muito de estar lá, mas no dia 28 e 29 de junho o Governador
161 Tarso Genro fará a interiorização do Governo e terá que participar. **Item 5 – Apresentação**
162 **dos estudos realizados na Bacia do Arroio do Tigre** – A Secretária Carmem informou
163 que este assunto foi solicitado, na reunião passada, pela Câmara Técnica de Gestão da
164 Região do Uruguai – CTU para ser colocado em pauta. Vanderlei Decian, vice-presidente do
165 Comitê Apuaê-Inhandava, esclareceu que essa demanda foi solicitada em função de um
166 estudo que resultou num diagnóstico de ações do Rio Tigre que abastece a cidade de
167 Erechim, regrado por Moção Estadual em termos de captação e demanda de água em
168 períodos de estiagem, e talvez agora nessas etapas elas sejam solucionadas. Em 2003 a
169 primeira etapa foi encaminhada pelo Comitê e elaborou-se um diagnóstico e um projeto
170 financiado pelo Estado, acompanhado pelo DRH em todas as suas etapas: A, B e C, em que
171 se determinou uma série de ações e solicitado o projeto. Em 2009, saiu o Termo de
172 Referência, foi executado o projeto por uma empresa de consultoria, a ACL, com referendo
173 da SEMA, que foi acompanhado em todas as etapas do projeto, pelo Sr. Paulo Renato Paim
174 do DRH. Foram feitas todas as etapas, as ações foram executadas e na época o Estado
175 entendeu como sendo um projeto piloto para implantar as etapas, ações, enquadramento e
176 cobrança. “Nós temos instituído dentro do comitê, acompanhado pelo DRH e pela
177 consultoria, os valores estipulados e o valor a ser cobrado desde 2009. Como passou muito
178 tempo, 2009 a 2012, tivemos que fazer outro referendo no Comitê para estas ações que
179 poderiam ser executadas. Umas são do esforço básico do Comitê, outras demandas de
180 esforço financeiro, aporte financeiro, para que elas ocorram. Então, esta é a nossa área de
181 estudo, ela tem todas as etapas de diagnóstico, enquadramento e o plano de ações. Por
182 isso gostaríamos que hoje fosse referendado esse estudo que vem acompanhado pelo
183 Governo do Estado, pelo Comitê e executado com o dinheiro do Estado, fosse aceito pela
184 plenária do CRH, para darmos andamento às ações previstas e que a comunidade nos
185 cobra. O Ministério Público está começando a se articular para cobrar. Precisamos de que,
186 a partir do Conselho, nós tenhamos uma orientação dizendo: olha o plano está no Governo
187 do Estado, foi apresentado, acompanhado pelo Governo, tem as assinaturas das entidades,
188 e que voltando para o nosso Comitê possamos dizer que as ações que não demandam
189 recursos financeiros, podem começar a ser encaminhadas e as que demandam tem a etapa
190 da cobrança instituída a partir dessa cobrança, e que são recursos acordados e calculados
191 pela consultoria, pelo Comitê e DRH, possam começar a ser aportados para atividades.
192 Vanderlei Decian esclareceu” que estão aqui no CRH hoje para dizer que esse estudo já foi
193 apresentado, o Governo do Estado teve tempo de 2009 até agora para sua leitura. “Ele foi
194 referendado na época pelo Estado na representação do Sr. Paulo Paim e precisamos que
195 esse documento passe de novo pelo CRH e volte a CTU para que depois possamos dar o
196 encaminhamento”. O presidente Helio Corbellini solicitou um esclarecimento ao Presidente
197 da CTU. Sérgio Miotto explicou que “em 2009 foi comunicado ao CRH a conclusão deste
198 plano e foi feita uma demanda a CTU, porque o Comitê queria cobrar pelo uso da água e
199 chegou-se a seguinte questão: quem faria essa cobrança? A CTU buscou as informações e
200 chegou à conclusão de que ainda não pode ter um parecer com relação a isso, porque esse
201 plano ainda não foi aprovado aqui. Por isso está sendo apresentado hoje novamente, esse
202 plano de bacia, diagnóstico e prognóstico da área de captação do Arroio Tigre e Rio Campo,
203 na área de captação de Erechim. Fizemos tudo como manda a Lei Nº 10.350/1994, etapas
204 A, B e C, diagnóstico, prognóstico e ações devidamente acompanhadas pelos técnicos do
205 DRH e pela consultoria contratada e paga pelo Estado. Temos aqui na apresentação as
206 consultas públicas, estrutura das consultas públicas, locais e datas das reuniões feitas,
207 diretrizes e manifestações dos usos futuros, manifestações dos usos futuros da água,
208 reuniões nas unidades de gerenciamento, a população votando pelo uso da água e também
209 quais foram as intenções, usos, indústria, proteção, abastecimento, em cada unidade de
210 gerenciamento. Vanderlei Decian apresentou a parte do Ligeirinho, onde foi feito um estudo
211 em uma área um pouco maior que demandava também a questão do esgotamento sanitário,
212 em função da questão urbana. Independente da situação, nós temos o enquadramento e as



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

213 ações em todos os corpos hídricos ou por área de drenagem. Começa com a implantação
214 de uma unidade de conservação, mas para essa implantação precisamos o referendo dessa
215 casa, pra poder dar encaminhamento no Comitê e em demais atividades. A título de
216 exemplo para as demais ações, uma demanda de aporte financeiro, que está previsto no
217 plano, via cobrança pelo uso da água, no caso a usuária seria a Corsan e seriam mais ou
218 menos R\$ 160.000,00 mil reais por ano. Então, teríamos um aporte financeiro já previsto
219 que foi estudado na época, referendado no Comitê, apresentado e organizado em parceria
220 com o DRH e mais, com os próprios usuários da água para esta região". Sr. Maurício
221 Colombo colocou a forma como entendeu a apresentação do Comitê Apuaê-Inhandava. "
222 entendemos que a bacia do Rio Campo é uma sub-bacia do Apuaê-Inhandava, onde o
223 Governo do Estado resolveu fazer um exercício, fazer um plano, ou seja, testar o Sistema
224 Estadual de Recursos Hídricos todo ele dentro dessa sub-bacia, inclusive a fase C. Estou
225 levantando isso, Sr. Secretário, porque o Comitê Gravataí também está fazendo isso na
226 bacia e não em sub-bacia. Entendemos que o plano de bacia, uma vez aprovado pelo
227 Comitê, que encaminha a esse Conselho um ofício dizendo que foi aprovado o plano de
228 bacia tal, em reunião número tal no comitê e o Conselho chancela. Inclusive o que vocês
229 estão colocando é modelo de cobrança e o preço unitário, o conteúdo que está lá, que é a
230 fase C. Isso vai acontecer daqui uns dois meses, vai aparecer aqui da bacia do rio Gravataí.
231 Mas temos um problema: se não me falha a memória, a Lei Nº 10.350 diz que só pode haver
232 cobrança quando tiver as Agências. Pra ter cobrança tem que ter uma série de itens. Na
233 bacia do Rio Uruguai, que é onde se encontra o Comitê Apuaê Inhandava, esse processo
234 está caminhando de alguma forma e ficam algumas perguntas no ar, por exemplo,
235 oficialmente pra atender a Lei 10.350 não pode haver cobrança, porque não está instituída a
236 outra perna do tripé que é a Agência. O que essas duas sub-bacias querem é buscar
237 recursos para fazer obras que foram aprovadas naquele plano de bacia. Na minha ótica o
238 Conselho pode aprovar esse plano, mas cobrar a implantação disso depende do Estado.
239 Mais um questionamento: Quem vai emitir o boleto? Quem vai receber? A Corsan não pode
240 fazer isso porque é um órgão do Estado e vai dar problema com o Tribunal de Contas. O
241 que alguns comitês do Estado estão fazendo, acho que o Baixo Jacuí e o Caí, é uma
242 arrecadação a título de antecipação de valores da cobrança, que está registrado, é um
243 acordo que foi feito dentro do Comitê, esse recurso é dado para alguém, claro, tudo
244 formalizado, mas isso não é cobrança". Conselheiro Luis Pésigo presidente do Comitê Ijuí
245 salientou que houve uma questão de ordem de palavras, ao invés de usar a expressão
246 Cobrança, deveriam substituir por algum outro termo, para poder dar andamento aos
247 trabalhos. Vanderlei Decian esclareceu que quando esse assunto foi colocado em pauta, foi
248 estipulada a demanda prevendo ações e dentre essas ações, uma delas era a questão da
249 cobrança. Como o Ministério Público de Erechim é bastante atuante, ele pegou esse plano,
250 que é um documento público e viu que tem ações diversas lá, que não necessitam de
251 dinheiro e podem ser executadas a partir do esforço das entidades que compõem aquela
252 região. Numa das conversas com o Ministério Público, por exemplo, o que pode haver é a
253 cobrança financeira, mas que no caso, o usuário maior da água pra esta pequena área, e
254 que o usuário participe do processo nesse primeiro momento, não com a cobrança, mas
255 através de projetos e atividades na área. Por isso precisamos que seja referendado por esse
256 Conselho para podermos chegar lá, ao Promotor Público Ambiental, a Corsan, ou outro
257 usuário e dizer: olha existe a possibilidade de começarmos a implementar isso nesta bacia,
258 porque foi feito um estudo, que se tornou caro na época, na monta de mais ou menos R\$
259 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil) de consultoria, e executar algumas ações,
260 lembrando que já se passaram quase dez anos desde o processo inicial até agora.
261 Resumindo, o que queremos, é que passe por aqui dizendo que foi validado, foi
262 acompanhado, teve o técnico do Governo do Estado e da consultoria e que ele tem ações
263 que precisam ser implementadas, porque o Ministério Público vai cobrar em primeiro lugar o
264 Comitê. Maurício Colombo, Comitê Gravataí questionou se isso passou pelo Comitê Apuaê-
265 Inhandava. Vanderlei Decian esclareceu que foi tudo refeito, o Comitê tem todas as atas das



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

266 reuniões, onde esse material foi apresentado e referendado em novas reuniões, para não
267 dizerem que isso foi do ano de 2009. João Manuel, técnico da DIPLA/SEMA, salientou que
268 concorda com a colocação do Maurício e que a Lei tem outro mecanismo que estabelece
269 formas de fazer o que está querendo o Comitê Apuaê-Inhandava, ou seja, o rateio por custo
270 de obras de recuperação, preservação, etc., de recursos hídricos. Tem outro item da Lei Nº
271 10.350 onde diz que a cobrança é um instrumento do Estado, não é só criar a Agência, ele
272 tem que criar toda uma estrutura de boleto, arrecadação, uma série de complexidades.
273 Conselheiro Daniel Schmitz salientou que o processo público foi oficializado e contratado
274 pelo Estado, trabalhado dentro da plenária do Comitê Apuaê-Inhandava, discutido com a
275 sociedade as etapas A, B e C, definido isso, o produto final vem para a plenária do CRH
276 para homologar, agora se ele é aplicável ou não, é outra discussão em outro momento.
277 Aplausos. O presidente Helio Corbellini afirmou que “esse assunto passou por duas
278 Câmaras Técnicas, que devem ter feito uma análise e considerações a respeito disso. Quer
279 ver essas considerações, porque ninguém pode homologar algo sem conhecer todo o
280 processo. Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva explicou ao Presidente Corbellini que
281 essa apresentação já passou pelo CRH, não foi dado nenhum encaminhamento e também
282 não teve aprovação. Foi questionado e encaminhado para a CTIJ, para validar a cobrança,
283 parou na CTIJ, foi negado e encaminhado para a CTU, também para tratar da questão da
284 cobrança. Vanderlei Decian esclareceu que houve um vício de origem, porque esse
285 processo veio ao CRH no final de 2009, início de 2010, foi encaminhado diretamente para a
286 CTU analisar a via de cobrança, porém as ações não foram aprovadas ou chanceladas pelo
287 CRH e já foram aprovadas na plenária do Comitê. A CTU solicitou à CTIJ a questão da
288 cobrança, esta se manifestou dizendo que não se pode elaborar a cobrança enquanto as
289 ações não estiverem aprovadas. Não tem por que as Câmaras Técnicas trabalhem com
290 algo que não está chancelado via CRH e a cobrança é uma entre muitas outras ações. A
291 nossa ideia é que se aprovem as ações, seja dado seguimento a elas, porque as ações
292 futuras são de uso e compreensão do Comitê, das prefeituras e outros. O Presidente Helio
293 Corbellini salientou que compreende e julga serem verdadeiras as informações
294 apresentadas, mas gostaria de ter acesso ao parecer que foi dado pelas Câmaras Técnicas
295 sobre esse processo e finalizando pede vistas ao processo para a próxima reunião do CRH.
296 Conselheiro Paulo Samuel disse que pediu a palavra porque ia justamente sugerir ao
297 secretário que pedisse vistas ao processo, porque viu que não estava firme a posição e é
298 importante o resgate dessa história. “Nós estamos há um ano e pouco no Conselho, mas
299 conversando com o presidente do Comitê, sabemos um pouco sobre o assunto e um mês a
300 mais ou um mês a menos não vai refletir no processo. O Comitê precisa da homologação
301 desse Conselho pra poder junto com o Ministério Público cobrar dos prefeitos as ações que
302 cabem a elas. E estamos trabalhando no Comitê Gravataí para também encaminhar ao
303 CRH a homologação do plano de bacia. Secretário Helio Corbellini informou que no dia 08
304 de agosto, data da próxima reunião do CRH, vai estar em viagem com o Governador e pediu
305 a plenária do CRH se podia adiar a reunião para o dia 15 de agosto e pediu a concordância
306 dos conselheiros. Transferência de data aprovada. **Item 06 – Proposta de suplementação
307 do orçamento de 2012 e proposta orçamentária para 2013.** Sr. Mário Rangel, presidente
308 interino da CTPA iniciou a apresentação colocando que a partir de março foi solicitado às
309 secretarias a execução do orçamento aprovado. “Temos aqui o link que leva pra resolução
310 94 do CRH, que fala da execução orçamentária de 2012. Onde foi aprovada a aplicação dos
311 recursos do FRH 2012, com projetos e rubricas submetidas ao CRH conforme
312 demonstrativo em anexo. Esses resultados foram enviados até dia 31 de maio de 2012, foi
313 feito o acompanhamento e como podemos observar muitos dos projetos propostos não
314 tiveram execução, não foi feito o pagamento e nem o empenho desses valores, ficando
315 visualmente que só um terço dos recursos de 2012 foram executados. Temos aqui todos os
316 valores que cada secretaria enviou. Secretaria da Pesca com projetos no valor de R\$
317 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil) e que até maio de 2012 não teve execução
318 nenhuma. SEHABS alguns projetos foram executados, mas a maior parte também não foi



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

319 executada. A dotação era de seis milhões e pouco e foi executado somente um R\$
320 1.400.000,00 (milhão e quatrocentos), praticamente um sexto do que estava previsto. O que
321 as secretarias alegam pra essa baixa execução de projetos que foram apresentados, é que
322 há uma dificuldade da Secretaria da Fazenda repassar esses recursos. Na SEMA foi
323 executado na publicidade R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), capacitação e manutenção
324 dos comitês de bacia R\$ 50.000,00 (cinquenta mil) de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões) e
325 planos de bacia de R\$ 732.000,00 (setecentos e trinta e dois mil reais) de 2.200.000,00
326 (dois milhões e duzentos mil reais)". O diretor Marco Mendonça esclareceu que "essa
327 informação que está sendo colocada pela CTPA, na verdade, é o reflexo de um problema
328 que nós estamos identificando, na realidade estamos cometendo um equívoco na hora de
329 fazer o orçamento do FRH que compromete sua execução. Um plano de bacia, por
330 exemplo, ele não é feito e nem é executado em um ano fiscal, ele é feito em um ano e meio,
331 dois anos. Precisamos prever não o valor total do plano de bacia no fundo, mas a sua
332 execução efetiva naquele ano. Porque se começarmos um plano de bacia hipoteticamente
333 agora e só pagarmos dez ou vinte por cento dele o restante do valor nele orçamentado é
334 impossível gastar. Precisamos refazer isso, não tivemos tempo hábil, mas estamos
335 trabalhando para readequar isso agora no segundo semestre. Por exemplo, não foram
336 orçamentadas as despesas de planos do ano passado que havia previsões de desembolso
337 agora esse ano; elas entraram e não podemos deixar de pagar as empresas. Então, do
338 valor total que estava estipulado, por exemplo, em R\$ 2.200.000,00 para planos de bacias,
339 estava previsto só para o valor total do plano do Baixo Jacuí e Camaquã, mas só de outros
340 planos, tem previsão de três a quatro milhões esse ano. Isso precisa ser readequado e na
341 concepção do orçamento de 2013 e posteriores, temos que pensar da seguinte forma: se
342 vamos executar um projeto e ele vai extravasar o ano fiscal daquele ano, temos que nos
343 concentrar não no seu valor total, mas o que vai ser desembolsado naquele ano, porque
344 senão, não casa uma coisa com a outra e sobra. Sr Marco Aurélio Corrêa, Secretário
345 Executivo do FRH esclareceu que o orçamento é anual, são feitas as previsões, as
346 licitações para as despesas das bacias, só que vai aparecer como executado
347 exclusivamente aquilo que foi pago. Neste ano, com quase quatro mil de empenho, até
348 encaminhamos um piso de suplementação, só que temos um orçamento previsto para 2012
349 no valor de R\$ 9.961.000,00 (nove milhões, novecentos e sessenta e um mil reais), se
350 gastássemos todo esse dinheiro, podemos suplementar com os quatro milhões e pouco que
351 estava faltando. Só que a fazenda nos diz: gastem o valor primeiro. Se encaminharmos uma
352 suplementação agora vamos chegar em dezembro, com dois ou três pagos e vamos ficar
353 com uma reserva maior ainda. A execução está se dando em cima daqueles projetos,
354 processo e contratos em andamento e os produtos das faturas apresentadas. Se não tiver
355 produto, nem fatura apresentada, não tem pagamento. Por isso é importante acompanhar,
356 porque hoje não falta um centavo, o dinheiro está ali. Então tem que pedir a liberação se
357 tiver a fatura, o produto comprado, mas se não chegar o produto, não chegar a fatura, aí não
358 se consegue fazer a liberação nem o empenho. A legislação determina que em doze meses
359 do empenho, ele expira, perde o valor, mas legalmente o compromisso com a empresa fica
360 mantido e o valor deve ser reempenhado. Diretor Marco Mendonça colocou que "tem
361 orçamentados R\$ 2.000.000,00 para convênio de manutenção dos comitês e até hoje que
362 eu saiba só R\$100.000,00 foram repassados para o Comitês Turvo e Caí. Saiu hoje no
363 Diário Oficial do Estado a delegação de competência para o Comitê Sinos. Nós estamos
364 tendo um problema de execução desses convênios e se continuar desse jeito, não tem
365 como executar aqueles R\$ 2.000.000,00, vamos ficar com esse valor pendurado no
366 orçamento, porque eles estavam vinculados por uma questão que não conseguimos
367 resolver. Isso passa para além de uma questão burocrática, formal do DRH com os comitês.
368 Vocês sabem que a CAGE tem colocado algumas questões, inclusive numa reunião em que
369 o Daniel Schmitz e o Silvio Klein também participaram, surgiram algumas dúvidas com
370 relação às rubricas que os comitês tinham mudado, porque não tiveram orientação. Minha
371 proposta é que façamos umas oficinas com os comitês para normatizar e padronizar o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

372 máximo, porque não é possível que a gente continue batendo cabeça e gastando energia
373 com uma coisa que precisa ser invisível, digamos assim, pro plano de trabalho e pra
374 funcionamento do Sistema. Estamos gastando energia, perdendo tempo e os comitês estão
375 sem dinheiro para seus planos de trabalho, porque estamos esbarrando em burocracias e
376 questões que não deveriam ser a areia nas engrenagens”. Paulo Samuel salientou que um
377 problema puxa o outro. Acho bastante importante essa questão de padronizar os comitês,
378 mas tem que trazer o pessoal da CAGE para fazerem também a padronização. No Comitê
379 do Lago tem um problema que vão trazer aqui, porque cada um que pega o processo na
380 CAGE interpreta de uma maneira e aí é um absurdo, porque uma hora pedem uma coisa e
381 outra hora pedem outra, algo que está dentro do processo. Outra questão é a demora na
382 assinatura dos convênios, que às vezes chega até a dois meses, isto é um absurdo e
383 mostra a incompetência do Estado. São questões que temos que afinar para o processo
384 poder agilizar. Essa é uma questão política da SEMA junto com o pessoal da CAGE, porque
385 também estamos cansados de segurar a onda aqui. Conselheira Teresinha Guerra colocou
386 que está indignada com a situação, está muito difícil. “Nós ficamos um período de treze
387 meses sem receber, e agora já estamos em junho, entregamos tudo no final do ano
388 passado, início desse ano. A CAGE fez uma reunião há pouco tempo com o Diretor Marco e
389 o nosso presidente do FGC, Daniel Schmitz, quando eles nos dizem numa coisa e ao
390 mesmo tempo eu já recebo outra. Existe uma instrução normativa que diz que tem que ter
391 um contador, aí eles mandaram uma correspondência dizendo que temos que devolver o
392 dinheiro pago para o contador, porque não há necessidade. Então eles estão dizendo que
393 nós temos que ignorar uma instrução normativa que diz que para comprovar o pagamento
394 tem que ter contador. Isso é um absurdo para mim, é sem sentido”. Secretário Helio
395 Corbellini disse que vai encaminhar isso ao Governador. Gerson Ferreira, presidente do
396 Comitê Santa Maria também se disse indignado, porque faz seis meses que a prestação de
397 contas está em análise e estão há seis meses sem receber. O convênio do Santa Maria é de
398 quatro anos e agora por fim a CAGE não está aceitando a quilometragem apresentada,
399 alegando que seria um custo mais baixo pegar ônibus, mas estão há quatrocentos e
400 cinquenta quilômetros de Porto Alegre, tem a questão de horários e eles fazem como se o
401 custo fosse só para uma pessoa. Mas a justificativa já foi feita e entregue ao CRH.
402 Secretário Helio Corbellini colocou que a CAGE tem a sua função, ela protege os interesses
403 da população em relação aos gastos, mas às vezes tem alguns excessos de preciosismos e
404 ao invés de ajudar, prejudica. Mário Rangel colocou que “não queria trazer essa polêmica,
405 mas dentro da CTPA notamos que não existe um azeitamento entre as engrenagens”.
406 Continuado com as prioridades do FRH para 2013, o Secretário Executivo do FRH foi
407 consultado em 12 de junho e até o momento não tinha previsão de receita pra 2013. Então a
408 CTPA consultou os Comitês para elencar as prioridades para o próximo orçamento
409 conforme destacamos no anexo. Essa é uma proposta preliminar, porque muitos Comitês
410 não enviaram resposta, então a prioridade macro do orçamento de 2013 seria a finalização
411 do Plano Estadual que está emperrada, os planos de bacia na Região Hidrográfica do
412 Guaíba: Comitê Pardo etapa C, Caí, Taquari, Sinos, Lago Guaíba e Alto Jacuí. Na Região
413 do Litoral só o Comitê Camaquã tinha enviado sua prioridade para o plano e agora vamos
414 complementar essa proposta com uma nova rodada para sua finalização. Na Região do
415 Uruguai o Comitê Apuaê-Inhandava, Turvo, Ibicuí, Piratinim e Passo Fundo, também temos
416 aí, a implantação da Agência de Bacia Hidrográfica, de grande importância, que é o terceiro
417 tripé do sistema e esse assunto polêmico que é a questão da manutenção dos comitês,
418 deixando claro que os comitês que não estiverem listados acima, devem enviar as suas
419 propostas para a CTPA. Pedimos essa prioridade para liberação dos recursos de 2012 que
420 ainda não foram liberados pra podermos dar continuidade ao nosso acompanhamento e
421 continuamos solicitando essas informações para podermos acompanhar e assessorar o
422 Fundo. Conselheiro Luis Augusto Pérsigo solicitou um prazo para que os Comitês se
423 manifestem sobre essa questão. Secretário Helio Corbellini colocou que ficou indignado com
424 o orçamento que aprovaram e questionou se tudo que está sendo apresentado aqui está



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

425 previsto no plano plurianual? “Se não estiver, se é possível que entre, que façam essas
426 inclusões para não ter problemas na hora de fazer o orçamento. Também queremos que se
427 abra o processo do orçamento, que seja absolutamente transparente. Eu acho que o
428 processo de orçamento começa agora e nós sempre colocaremos as coisas muito a
429 discussão, a conhecimento, vocês não se preocupem em relação a isso e podem me
430 cobrar”. Mário Rangel colocou que quando disse que o processo de orçamento estava
431 aberto, se referia ao processo em que os comitês mandam suas prioridades para a CTPA e
432 essa remete ao CRH e ao FRH, para ser executado. Marco Aurélio Corrêa colocou que foi
433 muito importante a participação da CTPA, porque no ano passado se trouxe o orçamento
434 pra discussão, coisa que pelo seu conhecimento nunca tinha acontecido. É muito importante
435 que se levante as necessidades de todos. Presidente Helio Corbellini disse que ficou
436 impressionado porque no orçamento anterior aprovaram verbas para determinado projeto e
437 ele não existia escrito no papel e reforçou que dessa vez isso não pode passar, não basta
438 ter intenção, tem que mostrar onde é o problema. Conselheiro Daniel questionou, na parte
439 que fala do ICA, se vai ter orçamentado recursos pra que esse processo aconteça?
440 Presidente Helio Corbellini sugeriu que ao invés dele questionar deveria sugerir, para
441 posterior discussão. **Item 07 – Ofício Nº 078/2012 da Secretaria Executiva do Comitê**
442 **Sinos** - A Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva fez a leitura do ofício: Solicitamos a
443 este Conselho Estadual de Recursos Hídricos autorização para postergar em trinta dias o
444 mandato da atual diretoria do Comitê de Gerenciamento da bacia Hidrográfica do Rio dos
445 Sinos – COMITESINOS, que se encerra, regimentalmente, no mês de julho de 2012, em
446 conformidade com o que está expresso na Resolução Nº73, deste CRH. Nossa solicitação
447 se deve a necessidade de prazo para a conclusão do processo de preenchimento das vagas
448 hoje disponíveis para as diferentes entidades que tem acento nas categorias que integram o
449 comitê, visando o estabelecimento de quórum. E informou que não havia representante do
450 Sinos à reunião. Secretário Helio Corbellini colocou que como não tem nenhum
451 representante do Comitê Sinos na reunião para justificar, pediu vistas a esse pedido.
452 Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva esclareceu que o Comitê Sinos quer prorrogar
453 por trinta dias, fazer a eleição da diretoria sem publicação de edital, como fizeram da outra
454 vez e fazer a eleição das entidades só em janeiro. Secretário colocou que não está de
455 acordo com o Estatuto, estão querendo fazer ao contrário, por isso manteve seu pedido de
456 vistas. **Item 08 – Proposta de Enquadramento das Águas Superficiais do Rio Ibicuí** -
457 Conselheiro Ivo Mello, presidente do Comitê Ibicuí informou que “a proposta foi enviada para
458 o CRH, a Secretaria do Conselho enviou para todos os conselheiros, e depois dos oito
459 meses de trabalho do plano de bacia, estamos trazendo como proposta para apreciação
460 deste Conselho. Estão presentes aqui também os Henrique Kotzian da Ecoplan, Diego
461 Carrillo da FEPAM e Tiago Loch do DRH/SEMA que acompanharam todo esse processo,
462 estamos aqui para qualquer dúvida e esclarecimento que surgir e muito orgulhosos de ter
463 completado esse processo”. Presidente Helio Corbellini colocou em votação a proposta de
464 enquadramento aprovada pelo Comitê e enviada aos conselheiros. Proposta de
465 enquadramento aprovada por unanimidade. Conselheiro Daniel Schmitz salientou que esse
466 ato que foi aprovado agora do enquadramento do Ibicuí, da mesma forma, é a questão do
467 Apuaê-Inhandava, é o mesmo processo, mesmo procedimento, não tem diferença alguma,
468 isso é que é importante. Só que o foco da discussão até onde foi a etapa B, nós não
469 discutimos, foi tudo construído, tutelado pelo Governo do Estado, pelo DRH e FEPAM, que
470 fazem parte do processo, da mesma forma que a do Apuaê também foi, só que tem
471 elementos lá dentro que é com legislação, regra, se vai ter cobrança ou não, quando é
472 possível a aplicabilidade daquele planejamento do Apuaê é outra instância, outro momento
473 e outra discussão. Então, só pra comparar e não perder a oportunidade da leitura disso.
474 Presidente Helio Corbellini passou a condução da reunião ao Diretor Geral Marco Aurélio
475 Corrêa, seu representante, porque tinha agendada uma reunião com o Governador Tarso
476 Genro. **Item 09 – Proposta de Resolução Safra 2012-2013** – O Diretor Marco Mendonça
477 explicou que tiveram uma reunião na segunda-feira passada na Secretaria da Agricultura,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

478 junto com agentes que estão financiando a safra e o IRGA, onde foi colocado que vai ser
479 aberta e o financiamento da safra da orizicultura dentro de umas duas semanas
480 aproximadamente e havia dúvidas da parte dos bancos com relação ao Cadastro.”
481 Apresentamos duas questões: primeiro como podemos utilizar o cadastro, não como uma
482 forma de fragilizar ou tornar a outorga um processo mais sumário, ele é só uma porta de
483 entrada, um indicativo da correção do processo pra que se libere o financiamento, enquanto
484 o processo de outorga anda. Até aquele momento tínhamos colocado que haviam
485 ingressado os novos técnicos do DRH, que já estão tomando posse e trabalhando. Pra
486 vocês terem uma idéia, se ampliou o número de análises de processos de uma média de
487 duzentos e quarenta, duzentos e cinquenta por mês, para quase setecentos só no mês de
488 maio. Nós tendemos acelerar o processo das análises de outorga e regularização do
489 departamento em poucos meses, perto do final do ano devemos estar com o passivo quase
490 zerado. Mas de qualquer forma, nós temos um problema conjuntural imediato que é essa
491 questão de que em julho agora já seriam liberados os recursos federais para o
492 financiamento de safra. O Banco do Brasil estava preocupado, como poderiam
493 operacionalizar isso e solicitou que este Conselho normatizasse essa questão para que não
494 haja problemas com a liberação de recursos para o financiamento da safra. Pra liberação do
495 financiamento, além do cadastro, tem a questão da licença ambiental e em reunião com a
496 FEPAM, resolvemos incluir no termo, também a parte do licenciamento ambiental”. João
497 Manuel salientou que tiraram da outra resolução para deixar só nessa, para não criar uma
498 confusão e como essa resolução é temporária, já que ela se refere somente a esse período
499 desse ano, deixamos o texto final exatamente assim, para fins de financiamento e de
500 licenciamento ambiental. O Diretor Marco Aurélio Corrêa colocou em votação a proposta de
501 minuta da Safra. Minuta aprovada por unanimidade. **Assuntos Gerais – Comunicações -**
502 **Ofício Comitê Caí Nº 22/2012.** O Diretor Marco Mendonça afirmou que esse ofício já tinha
503 sido encaminhado ao DRH no final do ano passado também, e é relativo à outorga que foi
504 concedida para uma transposição do Sistema Salto da Bacia do Caí pra Bacia do Sinos,
505 porque haviam condicionantes no processo da portaria de outorga e estavam nos cobrando
506 em relação a isso. A CEEE enviou uma parte dos condicionantes e tem alguns
507 apontamentos que a Divisão de Outorga manifesta dizendo que o artigo sétimo da portaria
508 Nº 253 foi atendido, mas havia o oitavo e o nono que ainda não estavam em conformidade,
509 que seria a instalação de estações fluviométricas e também a localização, acesso e
510 características técnicas dos equipamentos instalados. São essas as informações que
511 gostaríamos de passar e vamos oficialar o Comitê Caí com relação a isso. **Moção nº 2 –**
512 **Apoia o Plano Emergencial de Reservação no Alto Ibicuí –** Conselheiro Ivo Mello
513 esclareceu que “receberam uma solicitação feita numa reunião de encontros e lideranças na
514 parte alta do Ibicuí, por conta da seca, da falta de disponibilidade hídrica e demais
515 problemas com a estiagem. Nós acolhemos essa solicitação onde pedem que haja uma
516 forma mais rápida de atendimento nas outorgas de licenciamento, mais ou menos parecida
517 com aquela apresentada na reunião anterior. Entendemos que seria legal se reforçássemos
518 isso, para que no próximo período de estiagem que estiver previsto, não se precise correr de
519 novo atrás da máquina. Estamos trazendo essa moção de apoio a essas instituições e elas
520 gostariam que o Conselho se manifestasse no sentido de haver uma maior velocidade na
521 aprovação dos processos de outorga e licenciamento de intervenções, que objetivassem
522 minimizar os efeitos da estiagem. Essa moção é bastante genérica nesse sentido, ela já
523 passou o tempo, porque não tem mais aquela demanda toda que teria, mas vem no esteio
524 de toda essa situação que vivemos no verão passado, e para que nos períodos futuros de
525 estiagem tenhamos todo o processo de planejamento, tanto em nível do Comitê da bacia,
526 como do Governo do Estado, possamos enfrentar de uma forma mais rápida e não ficar
527 tapando o sol com a peneira. O Diretor Marco Mendonça salientou que a estiagem tem sido
528 um problema relativamente frequente no Estado, e estamos tendo problemas em diversas
529 bacias e tem que haver iniciativas do Estado, com relação ao problema da reservação de
530 água, porque os senhores sabem que só 2% da agricultura do Estado é irrigada, por



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

531 processo de aspersão ou gotejamento, há uma tendência de constituição de políticas de
532 incentivo a reservação, esse ano caiu a ficha tanto do Governo como de produtores da
533 necessidade de se trabalhar planos visando a reservação da água, porque não é possível
534 nós atravessarmos mais um período de estiagem, que esse ano teve características
535 diferentes dos anos anteriores, castigou mais a região sul do Estado. A SEMA tem sido
536 chamada em diversas reuniões pra buscar compatibilizar, tem comparecido a todas e em
537 relação a essa parte das emergências propriamente ditas, só pra informar, temos uma fila
538 de processos de outorga hoje, um passivo que está sendo derrubado em ritmo mais
539 acelerado. Estamos trabalhando com a ideia que em processo que há interesse, que a
540 necessidade pública esteja em risco, seja com relação ao abastecimento público ou a
541 liberação de financiamentos, nós automaticamente tratamos em primeiro plano, para que ele
542 possa ganhar maior serenidade e ser resolvido, ou em alguns casos em que há processos
543 judicializados, também buscamos ter mais serenidade ao tratar. Ivo Mello salientou que a
544 intenção do Comitê em trazer esse documento ao CRH foi no sentido de dar mais força,
545 para não deixar sem resposta a movimentação que houve nessa parte da bacia hidrográfica,
546 que procurou a diretoria do comitê, usou os caminhos competentes e quando fomos dar a
547 resposta, a seca já tinha passado, mas pelo menos queremos que venha ao conhecimento
548 do Conselho inclusive com vários dados que são do plano de bacia. O Diretor Marco
549 Mendonça salientou da importância dos planos de bacia para subsidiar qualquer tipo de
550 política. Também ressaltou que o programa “Mais água, mais renda”, não é visando
551 incentivar a captação direta, ele trabalha com a ideia de fazer a reservação e constituir os
552 mecanismos e a infraestrutura necessária para que a partir da reservação dos açudes,
553 propriamente ditos, se possa irrigar a lavoura de sequeira, por isso não se aplicava
554 diretamente a lavoura de arroz. Ivo Mello esclareceu que esse pedido do Comitê Ibicuí é
555 para lavoura de arroz e de sequeira. O Conselheiro Luis Pérsigo propôs que convidassem
556 alguém para fazer uma apresentação neste Conselho sobre o projeto “Mais água, mais
557 Renda” a fim de dirimir possíveis dúvidas que possam existir a respeito disso. Secretária
558 Executiva Adjunta Carmem Silva informou que vai ser retomado o grupo de trabalho que
559 trata da composição do CRH e Regimento Interno, e chegaram a conclusão que como tem
560 duas secretarias querendo entrar e só tem uma vaga, para fazer um processo mais
561 transparente, as duas secretarias vão ser convidadas: a Secretaria da Habitação e da
562 Pesca. Diretor Marco Mendonça informou que dia 31 de maio passado, participou de uma
563 reunião em Brasília, no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, quando o Conselho
564 Estadual do Rio Grande do Sul retomou sua vaga de titular no Conselho Nacional de
565 Recursos Hídricos e a posse vai ser no dia 10 de julho. Também sobre o Plano Estadual de
566 Recursos Hídricos, ele teve um problema na CAGE, porque ela entendeu que não foi
567 suficientemente justificado pela empresa a prorrogação do processo em si, foi durante o
568 período do incêndio, não houve o aditamento de prazo dentro do processo. Mas apesar
569 disso, a empresa entregou algumas propostas dentro daquilo que tinha sido contratado e o
570 centro de Governo entendeu a importância do momento histórico pra se discutir isso, nós
571 estamos fazendo reuniões periódicas com a Assessoria Superior do Governador, Casa Civil,
572 Secretaria Geral de Governo e o Plano vai para aprovação da Assembleia em novembro.
573 Foi um problema, porque no andamento anterior não houve essa integração com os órgãos
574 de Governo. A Casa Civil, a Secretaria Geral de Governo e a Assessoria Superior estão
575 chamando os órgãos de Governo pra discutir e nós, SEMA e FEPAM, há duas semanas
576 fizeram uma espécie de retiro na Procergs para discutir alguns itens. Também vão ser
577 retomadas as reuniões periódicas para trabalhar contribuição e encaminhar a proposta; vai
578 estar previsto fazer pelo menos uma atividade mais ampla, dentro daquele cronograma na
579 Assembleia Legislativa, para fazer uma ação final, e depois a ideia é que até nesse segundo
580 semestre o projeto deve ir para a assembleia. Há um entendimento do Governo que existem
581 outros planos que tem correlação com essa parte, como o Plano Estadual de Saneamento,
582 o Plano Estadual de Irrigação e não tem sentido esses outros planos não terem balizamento
583 das diretrizes do Plano Estadual que deveriam nortear isso, por isso estamos trabalhando



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

584 na maior celeridade possível para que o plano seja encaminhado. **Moção nº 1 – Sobre a**
585 **prorrogação do Período de Defeso na Bacia do Rio Ibicuí** - Ivo Mello colocou que
586 “tiveram uma demanda do setor da pesca no mês de janeiro, quando está terminando o
587 período de defeso estabelecido pelo Ministério da Pesca e Ministério do Trabalho e tivemos
588 um problema. O DRH e o CRH não tiveram como acatar um pedido do Comitê pra extensão
589 do período do defeso por vários problemas, vários espaços que a legislação não ocupa.
590 Resumindo, nem o DRH apesar da Superintendência Estadual da Pesca, Ministério da
591 Pesca aqui do Estado, apesar de pareceres técnicos, inclusive da Unipampa de Uruguaiana
592 e de várias constatações, o sistema não teve como estender o período do defeso, apesar da
593 situação consagrada de que estava caracterizado um conflito de uso, pela baixa qualidade
594 da água do rio que iria causar um problema e causou um problema de captura em
595 demasiado e foi exatamente porque o Ministério do Trabalho não pode estender o benefício
596 do defeso, porque ele precisa de dotação orçamentária e tem que estar tudo organizado.
597 Por isso estamos trazendo essa moção do Comitê ao conhecimento do CRH e solicitando,
598 porque como o problema é exatamente o conhecimento de como funciona e o
599 comportamento das espécies de acordo com disponibilidade hídrica ou não, o IBAMA que
600 também interfere nisso, a própria Fundação Zoobotânica e a SEMA, através das espécies
601 que são protegidas no Rio Grande do Sul, que existe todo um emaranhado de regras que
602 acabam não se conversando. Essa foi a conclusão que chegamos na nossa avaliação, mas
603 nos sentimos atrapalhados pra tomar uma decisão. Nós como gestores dos conflitos de
604 águas de uso do Estado, não podemos, apesar de estar instituído na lei que nós deveríamos
605 ter esse poder, essa prerrogativa de fazer isso, não podemos fazer por conta disso, as
606 instituições federais que acabam fazendo a gestão das águas de domínio do Estado. Nós
607 humildemente estamos trazendo aqui pra que a gente possa trabalhar numa agenda
608 conjunta com o CRH e quem sabe o, CNRH e as outras instituições, pra que haja uma
609 cadeia de comando, uma institucionalidade de encaminhamento desse processo no futuro.
610 Sugerimos também, que haja estudos atualizados, que fundamentem a escolha, segundo o
611 IBAMA, do Ministério da Pesca e o Ministério do Trabalho. Tem estudos e corpo de técnicos
612 que determinam qual é o nível de defeso pra cada rio do Brasil, por isso sugerimos que
613 tenha mais divulgação dentro da sociedade através do comitê e de outras instituições.
614 Temos todo aquele problema, porque existem espécies que são proibidas no Rio Grande do
615 Sul e não são em Santa Catarina ou na Argentina. Sugerimos que isto seja revisto,
616 reestudado, pra que haja conhecimento mais aprimorado e se possam subsidiar decisões de
617 quem de direito. Temos dentro do comitê pessoas que entendem do assunto e dizem que
618 não temos no Rio Grande Sul uma legislação adequada para atividade pesqueira, isso já é
619 assunto recorrente dentro do comitê há anos. Nós acatamos e colocamos a disposição essa
620 pessoa, que traz recorrentemente esse assunto ao comitê, e seu departamento na UFSM,
621 para explicar exatamente o que estamos trazendo. Resumindo, tivemos esse problema,
622 estamos trazendo aqui, noticiando, mas também pedindo ao CRH encaminhar pretensões,
623 conhecimento suficiente e articulação dos diversos responsáveis para que no futuro
624 qualquer comitê possa atuar de forma a dirimir esse conflito de uso da água. O Diretor
625 Marco Mendonça esclareceu que dois dias antes do fim do período do defeso foram
626 procurados na Secretaria, na condição de chefe de gabinete, porque o Ministério da Pesca
627 aqui no RS estava preocupado com a situação, queria ver como poderia prorrogar o período
628 do defeso por 60 (sessenta) dias na época e de fato ninguém sabia como fazer isso
629 juridicamente. Fomos procurar informação, falamos com o próprio Superintendente do
630 IBAMA que disse que comumente quando isso acontece, sai uma portaria conjunta do
631 IBAMA com o Ministério da Pesca, porque envolvia o pagamento de seguro defeso para os
632 pescadores, que era feito pelo Ministério do Trabalho. No dia seguinte fizemos uma reunião
633 de emergência com o Ministério da Agricultura, Secretaria de Desenvolvimento Rural,
634 PATRAM, Ministério da Pesca e IBAMA. O Ministério do Trabalho disse textualmente: vocês
635 órgãos de Estado não podem ampliar esse peso pra União. Se vocês prorrogarem o período
636 do defeso nós não vamos pagar o seguro defeso pros pescadores. Esse é o imbróglio



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

637 jurídico que nós ficamos, prorrogamos o defeso e deixamos os pescadores sem poder
638 pescar e receber salário, ou o que fazer? Em dezembro foi aprovada a Lei Complementar
639 Nº140, que buscava disciplinar um pouco as competências de cada ente federado; mas
640 ainda existem algumas nuvenzinhas a serem dissipadas, talvez essa seja uma delas;
641 inclusive na época eu manifestei ao Comitê dizendo não ter condições de alerta para fazer
642 isso, sob o risco que há um problema de natureza econômico-social e nos passaram a
643 informação de que envolvia aproximadamente duzentas famílias naquela região. O Diretor
644 Marco Aurélio Corrêa esclareceu que essas duas moções apresentadas pelo comitê, vieram
645 como informação, se o conselho achar que tem que ser encaminhadas a CTIJ para que se
646 formule uma posição para ser votada, isso pode ser feito e apresentado novamente na
647 próxima reunião do CRH. Daniel questionou qual a função, qual o objetivo dessa informação
648 e colocou que na última reunião do CRH, o Comitê Taquari-Antas, fez um encaminhamento
649 e em cima de uma decisão de plenária do comitê, saiu uma recomendação. Foi definido que
650 as moções vão ser encaminhadas às CTs, para dar os devidos encaminhamentos. O
651 Conselheiro Daniel continuou dizendo que da mesma forma que o CRH buscou, retornou à
652 titularidade do Conselho Nacional, outras entidades do Rio Grande do Sul também fizeram e
653 gostaríamos de tornar público. O Comitê Gravataí conquistou uma vaga na primeira
654 suplência na representação dos comitês do Rio Grande do Sul, da mesma forma os
655 geradores de energia, a CERTEL, que é membro de comitê de bacia hidrográfica, Vice-
656 Presidente do Comitê Taquari-Antas e do Comitê Pardo, conquistou uma vaga na segunda
657 suplência no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Da mesma forma a Associação dos
658 Arrozeiros da Irrigação de Alegrete conquistou a vaga na categoria de Irrigantes como
659 titular. Pra nós isso é uma sinalização muito clara e tomara que essas iniciativas todas de
660 articulação, a nível nacional, sejam uma repercussão da execução das vontades das
661 políticas de recursos hídricos do Rio Grande do Sul, não somente em nível de Brasil, mas
662 também se reflita positivamente dentro do nosso Estado. Isso é um marco muito importante,
663 um retorno do Rio Grande do Sul à política nacional, que participou muito acanhado nos
664 últimos anos da gestão da política de recursos hídricos. Com relação ao Plano Estadual,
665 gostaríamos de externar nossa preocupação, já que ele vai ter sua continuidade dentro do
666 processo da construção. Sempre lembrando, como seria bom se as plenárias dos comitês
667 em cada bacia pudessem compreender e discutir sobre o Plano Estadual, que tivessem
668 transitado pelas plenárias. Lembrando que, para o Plano Estadual vir à plenária do CRH,
669 com toda segurança de um assunto bem conhecido, porque a nossa responsabilidade ao ter
670 cadeira e aprovar um Plano Estadual que vai a Assembleia Legislativa é bastante grande,
671 precisamos de uma instrumentalização do processo bem claro, para que todos nós
672 tenhamos a leitura e a segurança de no momento de votar e fazer as alterações necessárias
673 enxerguemos isso claro, e possamos construir isso com sabedoria. Bom ouvir que o Plano
674 Estadual vai ser retomado, porque esse silêncio sobre o assunto já estava nos deixando
675 preocupados. Essa questão da composição do CRH é muito fácil de resolver. As Secretarias
676 são muito bem-vindas. O problema não é o número de Secretarias, mas sim a característica
677 de formação dos Conselhos, num processo participativo e descentralizado. Todos os
678 conselhos do Rio Grande do Sul, por cobrança do Governo do Estado, devem ser paritários,
679 os municipais, os estaduais, todos são, menos o Conselho Estadual dos Recursos Hídricos.
680 Gostaríamos que nesta caminhada de reformulação fosse considerada essa política, que é
681 pública do Rio Grande do Sul de gestão descentralizada, participativa e que a sociedade
682 que tem trabalhado muito nesses últimos anos com relação aos recursos hídricos tivesse o
683 espaço que realmente lhe cabe de paridade com relação à composição da plenária do CRH.
684 Temos 25 comitês para fazer paridade com o Governo, para que tenhamos participação e
685 articulação com o órgão superior de gestão dos recursos hídricos no nosso Estado.
686 Também gostaria de informar que o Comitê Taquari- Antas estará retornando as consultas
687 públicas, agora nas duas primeiras semanas de julho, no processo de comunicação e
688 articulação com a sociedade da bacia, com cinco consultas públicas: Lajeado, Guaporé,
689 Bento Gonçalves, Vacaria e Caxias do Sul, para que possamos apresentar a partir daí



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

690 nosso pré-enquadramento das águas da bacia do Taquari-Antas, que culminará com a
691 finalização do nosso plano de bacia, com o enquadramento no mês de outubro. Fica nosso
692 convite a todos que puderem participar. Teresinha Guerra sugeriu que dentro do
693 planejamento do orçamento seria interessante, através do DRH, pra que os comitês possam
694 enviar alguns projetos relacionados a atividades de educação ambiental. Tem muitos
695 comitês que realmente realizam algumas atividades e muitas vezes não tem condições, e
696 este tipo de mobilização é extremamente importante pra divulgar o comitê, o enquadramento
697 e uma série de questões onde existe todo um envolvimento com a comunidade. Não é muito
698 gasto, pode-se estabelecer um teto, mas eu garanto que muitos comitês vão realmente
699 elaborar projetos, esses projetos vão chegar lá. Não sei como seria o encaminhamento, mas
700 tem que abrir um edital para isso, tendo em vista que, como o próprio Secretário falou,
701 faltam projetos, mas com certeza os comitês sabem muito bem elaborar projetos. Daniel
702 Schmitz complementou dizendo que deveria ser ampliado para comunicação e educação
703 ambiental. Heloísa Fiori, DRH/SEMA esclareceu que estão discutindo a questão da
704 educação ambiental há bastante tempo e acreditamos que o Estado tem que estabelecer
705 projetos amplos de educação ambiental e passar nos comitês para eles ajustarem as suas
706 possibilidades. Diretor Marco Mendonça colocou que existe a política estadual de educação
707 ambiental, tem uma câmara que junta a Secretaria da Educação e Secretaria do Meio
708 Ambiente, vai procurar a Câmara e a pessoa responsável para ver como podemos fazer
709 esse casamento entre algumas diretrizes de política de educação ambiental, com os
710 projetos vindos dos comitês. Teresinha Guerra salientou que fez parte da Comissão
711 Interinstitucional de Educação Ambiental, que trata disso, comissão essa que sempre teve
712 muita dificuldade de andar. Conselheiro Paulo Samuel esclareceu que devemos lembrar que
713 existe uma educação ambiental formal e não formal, e o Estado não consegue implantar a
714 Lei 9.795 de 1999, que é lei que institui a educação ambiental. Alguns comitês têm
715 educação ambiental formal que não é a da escola, uma educação informal que é feita pelos
716 comitês, então acho que as duas educações andam em paralelo, porque o objetivo é o
717 mesmo. “Também quero fazer as palavras do Daniel, palavras do Comitê Gravataí, porque
718 hoje nós discutimos no Fórum o andamento da reestruturação do CRH. Na nossa visão é o
719 único conselho do Estado que não é paritário, a meu ver é um conselho “chapa branca”,
720 porque se a sociedade for contrária aos projetos, eles serão patrolados. Como
721 representante da ABES no Comitê Gravataí, gostaria de comunicar que no dia 20 de julho
722 estaremos trazendo o Presidente da ANA, para uma reunião almoço na FEDERASUL com
723 tema: Impacto Nacional da Gestão das Águas e estão todos convidados. E também informar
724 que no dia 10 de julho, o Comitê Gravataí, vai fechar o plano de bacia, depois de 23 anos.
725 Já deixamos o convite, sabemos que o Diretor vai estar em Brasília, nós justificamos nossa
726 ausência lá na posse, porque não poderíamos deixar, como presidente, de estar à frente
727 desse processo, embora nosso vice tenha todas as credenciais para conduzir esse
728 processo. Mas temos que trabalhar, não podemos esquecer das nossas bases, porque nós
729 só estamos no Conselho porque somos presidente do Comitê Gravataí. E se der tudo certo,
730 em agosto estaremos aqui pedindo para que este Conselho homologar as decisões da
731 plenária do Comitê Gravataí”. Mariza Beck, Secretária Executiva do Comitê Ibicuí, colocou
732 que trabalharam na última reunião do comitê, dia 06 de junho, a questão dos critérios de
733 outorga na discussão do plano de bacia do Ibicuí que deverá vir para aprovação do
734 Conselho na próxima reunião. Quando chegamos nos critérios de outorga pra águas
735 subterrâneas, nos deparamos com um problema levantado pelas pessoas que estavam na
736 plenária do comitê, sobre a questão da regularização dos poços subterrâneos. Dentro dos
737 estudos do plano, a consultoria detectou que para um poço habilitado, estima-se que
738 existam dez ou mais clandestinos. São poços antigos, que foram sendo abertos a revelia,
739 não existia nenhuma normatização. Mas pra regularização desses poços hoje, as exigências
740 são tantas e é tão caro fazer-lo, de seis a treze mil reais dependendo do poço, que se torna
741 quase impossível que isso aconteça pra famílias de baixa renda, pra pequenos
742 empreendimentos que estão nas zonas rurais e etc. Então pegamos o requerimento com



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

743 tudo que pede pra regularização de poços subterrâneos e, realmente há uma série de
744 exigências, que provavelmente devem encarecer muito, inclusive a exigência de hidrômetro,
745 aquele que é caríssimo, inclusive um dos mais caros, que no caso da zona rural seria quase
746 desnecessário. Então viemos trazer essa situação ao Conselho para que seja feito um
747 estudo de processo unificado, porque o mais interessante é o Estado saber realmente o
748 quanto está outorgando. Outra situação que está acontecendo é que a Polícia Ambiental já
749 começa a autuar as pequenas propriedades e o Ministério Público também já está levando
750 esse assunto adiante, naquelas famílias que não tem condições de pagar seis mil reais pra
751 regularizar seu poço. O que é mais interessante para o Estado: ter essa arrecadação ou
752 saber quanto de água subterrânea está sendo utilizada? O Diretor Marco Mendonça
753 esclareceu que o universo de intervenções que não temos conhecimento é muito grande,
754 mas o Estado não arrecada nada com isso, nem sequer é cobrada outorga. Existem até
755 empresas que estão fazendo perfuração e nem o Termo de Referência está montado, o
756 problema é grave, porque a legislação quando fala da perfuração de poços pra consumo
757 humano, exige uma série de estudos qualitativos da água. É um processo onde temos que
758 cumprir o que diz a lei, temos que pensar se tem que fazer alguma modificação nisso,
759 porque essa lei da parte do saneamento é de 1974 ou 1977, bastante antiga. Por isso
760 estamos fazendo um trabalho de inteligência tentando identificar esse universo todo, para
761 sabermos a realidade dos poços perfurados que existe. Conselheiro Daniel salientou que
762 isso seria assunto para ser tratado na CTAS, que está com dificuldade de conseguir quórum
763 para suas reuniões. Ninguém se manifestou. Não havendo mais assuntos a tratar, o diretor
764 Marco Aurélio R. Corrêa, representante legal do presidente, agradeceu a presença de todos
765 e encerrou a reunião. E eu, Carmem Lucia Silveira da Silva, Secretária Executiva Adjunta do
766 CRH /RS, em exercício, lavro esta ata.